

UM NOVO CURRÍCULO PARA A HISTÓRIA ESCOLAR: O LUGAR DO ENSINO DE HISTÓRIA NA BNCC PARA OS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Inara Dantas de Melo Silva¹

Lucas Víctor Silva²

RESUMO

Qual o lugar do Ensino de História na BNCC para os anos iniciais do Ensino Fundamental? Esta comunicação pretende responder a essa questão. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define habilidades e competências obrigatórias para o ensino escolar brasileiro. O documento também propõe fundamentos teóricos e processos cognitivos a serem perseguidos pelas práticas docentes nacionais. Podemos entender a BNCC como um documento referência para a construção de objetivos de aprendizagem, portanto sujeito aos pontos de vista e à criatividade escolar. Homologada em 2017, a compreensão da BNCC também depende da reflexão sobre os processos políticos e históricos que interferiram na sua construção e implementação tais como a influência dos interesses empresariais definidos por entidades como a Fundação Lemann e o Movimento pela Base. A presente pesquisa tem como principal objetivo analisar a concepção de História escolar presente na nova BNCC produzindo uma leitura que articula nossa compreensão sobre os saberes históricos determinados como currículo oficial e a compreensão do contexto histórico de sua produção e implementação. Enfim, buscaremos refletir sobre como o documento pode impactar no ensino de História nos anos iniciais. Além de uma pesquisa documental, nossa investigação também possui um caráter bibliográfico expresso na discussão das produções científicas de autores como Tarlau e Moeller (2020), Ralejo, Mello e Amorim (2021), dentre outros(as). Os resultados apontam que a BNCC induz a realização de um ensino de História que dialogue com os contextos históricos discentes, de um ensino de História por eixos temáticos e círculos concêntricos e com um ensino que dialogue com a metodologia da pesquisa histórica. Em contrapartida a esses aspectos, a versão final excluiu a abordagem de gênero e retoma a tradição conteudista, resultando em uma visão simplificada, linear e cronológica da História.

Palavras-chave: Base Nacional Comum Curricular, Ensino fundamental, ensino de História.

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa uma diretriz para guiar o ensino nas escolas brasileiras, ela define um currículo base para o ensino de cada área de conhecimento. Ela estabelece objetivos e competências que devem ser desenvolvidas ao longo da Educação Básica, com o objetivo de promover uma formação integral dos estudantes e preparar cidadãos críticos e ativos. No Ensino Fundamental, o ensino de História é organizado em uma perspectiva que valoriza a compreensão da diversidade

¹ Graduanda pelo Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE, inara.melo@ufrpe.br.

² Professor orientador: doutor, Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, lucasvictor.ufrpe@gmail.com.

cultural, social e histórica do Brasil e do mundo, assim como a percepção do “eu” no mundo. Dessa forma, buscamos conhecer a formação e construção da BNCC, bem como entender o contexto político e as relações do Estado com a iniciativa privada e como elas impactam na formulação e implementação da Base Nacional Comum Curricular, bem como compreender quais possibilidades o documento revela e qual o impactos dos contextos social e político na organização curricular dos conteúdos históricos. A criticidade e o posicionamento político são características da docência, com isso, estudar profundamente a base e todas as movimentações por trás da defesa desse modelo e concepções é de extrema importância para escolhas conscientes diante de determinados cenários políticos na educação. A pesquisa será realizada de maneira processual, a partir da leitura e análise crítica de importantes fontes e documentos.

O Contexto Político, as Relações de Estado e a Construção da BNCC

A princípio compreendemos que, a extensão da intervenção do Estado na educação, diversifica a partir da estrutura política e cultural do país. De acordo com Freitas(2010), “os governos planejam, distribuem, prescrevem e orientam ações na área educacional.” A regularização e intervenção governamental na educação nacional envolve as três esferas políticas que são elas: União, Estados e Municípios.

Intituladas por políticas públicas, as ações realizadas pelo Estado financiam e desenvolvem políticas e diretrizes educacionais que definem metas, padrões e objetivos para o sistema educacional, que assegurem segundo Freitas (2010) “ as condições de acesso à escola, modalidade de cursos, partição de recursos, diretrizes para a formação de professores, parâmetros para a elaboração de currículos, padrões de qualidade do ensino.” em ambas instituições de ensino do setor público e privado.

Dito isto, no que se refere ao papel da LDBN de 1996 na estrutura da educação nacional. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) é um marco importante na definição da estrutura e dos princípios que norteiam o sistema educacional brasileiro, organizada de acordo com os princípios básicos estabelecidos pela constituição federal, a LDBN é uma legislação que regulamenta todo o sistema educacional desde a educação básica até o ensino superior do país, contemplando os setores públicos e privados. De acordo com Freitas (2010):

A LDBN estabelece princípios e fins da educação, prescreve quem tem direito à educação e também quem deve educar. Trata das competências da União, Estados e Municípios e da necessidade de um Plano de Educação Nacional, dos níveis e modalidades (infantil, fundamental, médio e superior, de jovens e adultos, profissional e especial), fundamentos da formação dos

profissionais da educação, a origem e as formas de aplicação dos recursos financeiros, e as disposições gerais e transitórias (educação indígena, militar, a distância, prazos e metas para adequação). (Freitas, 2010)

Diante do exposto, a legislação traz um impacto direto na organização do sistema educacional, e retrata as conquistas realizadas na área da educação ao longo dos anos, tendo como finalidade promover uma maior qualidade de ensino, equidade e diversidade na educação nacional. Segundo Freitas(2010):

Seus críticos, entretanto, não escondem as conquistas que ela pode possibilitar, como por exemplo, o “convite à criatividade”, a valorização pelo mérito profissional, atenção aos alunos “especiais” e aos povos indígenas, o reconhecimento da pluralidade étnica e a abertura às novas tecnologias educacionais (educação a distância).(Freitas, 2010).

Como supracitado a legislação garantiu além do acesso e condições de permanência à educação básica, propostas de ensino voltada para a promoção da equidade e diversidade no sistema educacional, uma vez que, estamos inseridos em uma sociedade plural, compostas por diferentes culturas e identidades étnicas se faz necessário a garantia do direito e acesso à educação para todos.

A construção da BNCC aconteceu em um contexto político muito específico. A presidente Dilma foi reeleita, garantindo que seguiria as políticas almeçadas pelo Partido dos Trabalhadores-PT, todavia, ela seguiu uma via de abertura para a influência corporativa, com isso uma nova possibilidade foi aberta para a Fundação Lemann em virtude do Movimento pela Base. No texto, consta que Ciro Gomes foi nomeado como ministro da educação, entretanto, após reeleger-se Dilma nomeou como ministro da educação o cearense Cid Gomes o qual renunciou ao cargo em março de 2015. Nesse momento, Renato Janine Ribeiro assumiu o cargo e permaneceu com a mesma equipe, fato que contribuiu para a efetividade da construção da BNCC, no qual foram contratadas 29 equipes de especialistas em diversas universidades. Essa construção não aconteceu de maneira unânime, visto que os agentes envolvidos possuíam algumas divergências políticas como relatado por alguns professores. Enquanto esses profissionais trabalhavam nas versões 1 e 2 da BNCC, no Brasil, a crise política tomou grandes proporções. Diversos protestos e pedidos de destituição da presidente Dilma foram acontecendo, todavia, nesse momento a BNCC era o único fator que contribuía para a manutenção de apoio multipartidário. Com o impeachment de Dilma, Michel Temer assumiu o governo federal e realizou algumas mudanças ideológicas e de alianças. Durante o governo de Michel Temer, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi aprovada e implementada com o objetivo de definir os conteúdos mínimos

para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, em 2017, e para o Ensino Médio, em 2018. A BNCC é um marco para a educação brasileira, estabelecendo diretrizes que visam padronizar a educação em todas as redes de ensino do país. Houve, porém, debates intensos entre educadores, especialistas e setores da sociedade sobre os conteúdos e a abordagem curricular, tentando compreender os impactos das mudanças curriculares e os desafios de sua aplicação em um sistema educacional que é vivenciado por muitos através do enfrentamento de desigualdades.

METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma revisão bibliográfica com enfoque qualitativo, visando compreender a implementação, os objetivos e os impactos da BNCC no sistema educacional brasileiro. A metodologia de revisão bibliográfica incluída permitiu um levantamento e análise teórica robusta, garantindo uma visão crítica e abrangente sobre as discussões em torno da BNCC.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estrutura e Organização da BNCC nos Anos Iniciais

Com relação a estrutura, a BNCC aborda as competências como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes que são de extrema importância para o desenvolvimento integral dos estudantes. A abordagem de competências na BNCC reflete uma visão ampla da educação, indo além da transmissão de conteúdos. O documento define um conjunto de competências gerais que o aluno deve desenvolver ao longo da educação básica, sendo essas competências habilidades cognitivas, socioemocionais e éticas que visam preparar esse sujeito para vida em sociedade do modo mais amplo, sociedade essa na qual vivemos em constante transformações.

O documento aborda o conceito de educação integral de forma abrangente e integrativa, considerando os aspectos cognitivos, socioemocionais, éticos e práticos, na qual reconhece a importância de proporcionar a esse sujeito um desenvolvimento global, considerando esse sujeito um ser plural, protagonista do seu processo de ensino/aprendizagem, além de possibilitar experiências necessárias que os tornem sujeitos crítico-reflexivos, responsáveis e capazes de contribuir em sociedade. Outro ponto que o documento destaca é a promoção de uma educação acolhedora, que

considera as singularidades e diversidades (culturais e étnicas) existentes, sendo a escola esse espaço responsável em promover um ambiente democrático e inclusivo.

Conforme ressalta o documento:

O conceito de educação integral com o qual a BNCC está comprometida se refere à construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea. Isso supõe considerar as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas juvenis e seu potencial de criar novas formas de existir. (Brasil, 2017).

A BNCC, no espaço que se refere à educação infantil, possui uma síntese das aprendizagens que descreve em resumo os objetivos pretendidos. Para o ensino de história, a síntese da aprendizagem consiste em "utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder a necessidades e questões do cotidiano" (Brasil, 2017).

A etapa da educação infantil na BNCC é dividida em “direitos de aprendizagem e desenvolvimento” e “campos de experiências”. Nesta etapa não há fragmentação das áreas de conhecimento, pois assume uma perspectiva totalmente interdisciplinar. Todavia, a fragmentação dos conteúdos em áreas de conhecimento não necessariamente é algo negativo, justamente porque cada área possui suas especificidades e princípios a serem construídos pelas crianças que a totalidade da interdisciplinaridade no ensino e aprendizagem pode “apagar” os conteúdos de alguma área específica, como por exemplo a história. O principal conteúdo de história na educação infantil é a temporalidade. Na BNCC, o ensino de história está presente no campo de experiência “Espaço, Tempo, Quantidades, Relações e Transformações”, agregado às áreas de conhecimento ciências naturais, geografia e matemática, a qual assume predominantemente as competências. Neste campo, foram identificadas 3 competências voltadas para o ensino de história para toda a etapa da educação infantil, sendo elas:

- (EI02ET06) Utilizar conceitos básicos de tempo (agora, antes, durante, depois, ontem, hoje, amanhã, lento, rápido, depressa, devagar).
- (EI03ET03) Identificar e selecionar fontes de informações, para responder a questões sobre a natureza, seus fenômenos, sua conservação.
- (EI03ET06) Relatar fatos importantes sobre seu nascimento e desenvolvimento, a história dos seus familiares e da sua comunidade.

Os princípios dos conteúdos de história aparecem diluídos nessas competências e permeiam toda a educação infantil.

Os 5 Processos de Aprendizagens e Organização dos Conteúdos do Ensino de História na BNCC

No que se refere aos processos de aprendizagem sabemos que o ensino da história nos possibilita um saber do tempo passado para desenvolver a compreensão e entender questões do tempo presente, e conseqüentemente construir uma consciência histórica mais ampla. Dito isto, os 5 processos de aprendizagem contribuem para essa compreensão e quando incorporada pelo docente favorece uma aprendizagem significativa acerca do ensino da história. Sendo eles:

Identificação: identificar envolve compreender acontecimentos, personagens, lugares e períodos históricos. Portanto, trazer narrativas simples acerca de figuras históricas, acontecimentos importantes, elementos e marcos temporais possibilita ao aluno uma compreensão mais ampla do contexto histórico.

Comparação: comparar no ensino da história resulta em ver melhor o outro, ou seja, analisar as semelhanças e diferenças entre sociedades, culturas e acontecimentos ao longo do tempo. Sendo assim, é pertinente no ensino da história a exploração das diferentes culturas, sociedades antigas e contemporâneas, refletindo sobre as semelhanças e diferenças existentes, por meio de atividades em que abordem as diferenças de estilos de vidas (moradias, costumes, subsistência) e afins.

Contextualização: Contextualizar é essencial para o conhecimento histórico, isso implica em oportunizar ao aluno saber localizar momentos e lugares específicos e também ter uma compreensão desses eventos históricos no contexto mais amplo.

Interpretação: A interpretação permite compreender o exercício da cronologia, sendo fundamental para a construção do pensamento crítico, possibilitando uma discussão de como a interpretação acerca de um mesmo evento histórico pode ser interpretado de maneiras variadas por diferentes pessoas. O exercício da interpretação pode ser explorado através das mais variadas fontes históricas como: documentos, museus, fotos, relatos pessoais e afins.

Análise: A análise envolve a capacidade da reflexão crítica acerca do tempo histórico. Segundo a BNCC(2018)

Um dos importantes objetivos da História no Ensino Fundamental é estimular a autonomia de pensamento e a capacidade de reconhecer que os indivíduos agem de acordo com a época e o lugar nos quais vivem, de forma a preservar ou transformar seus hábitos e condutas. A percepção de que existe uma grande diversidade de sujeitos e histórias estimula o pensamento crítico, a autonomia e a formação para a cidadania. (Brasil, 2018, p. 400).

O enfoque do ensino de história nos anos iniciais é a construção do sujeito, incentivando o reconhecimento do próprio pertencimento em uma sociedade tomando “consciência de si, desenvolvendo a capacidade de administrar a sua vontade de maneira autônoma, como parte de uma família, uma comunidade e um corpo social.” (Brasil, 2017, p. 403). A BNCC organiza os conteúdos em unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades. As habilidades especificam que movimentação cognitiva as crianças devem fazer para assimilar esses objetos de conhecimento.

No 1º ano, as unidades temáticas são: Mundo pessoal: meu lugar no mundo e Mundo pessoal: eu, meu grupo social e meu tempo. A partir delas são explorados os objetos de conhecimento que envolvem as fases da vida e a ideia de temporalidade, as formas de organização familiar e da comunidade, a escola e a diversidade da sociedade e as diferentes experiências da vida em casa e na escola. Por exemplo, a habilidade (EF01HI04) demanda que as crianças identifiquem “as diferenças entre os variados ambientes em que vive (doméstico, escolar e da comunidade), reconhecendo as especificidades dos hábitos e das regras que os regem.”, já a habilidade (EF01HI03) pede que os estudantes descrevam e distingam “os seus papéis e responsabilidades relacionados à família, à escola e à comunidade.”, ou seja, entender como as relações ao seu redor o fazem pertencente e como são diferentes a depender de cada contexto.

No 2º ano, as unidades temáticas são: A comunidade e seus registros, As formas de registrar as experiências da comunidade e O trabalho e a sustentabilidade na comunidade. A partir delas são explorados os objetos de conhecimento que envolvem a relação “o eu” e “o outro” e como registram-se as memórias, narram-se os fatos e buscam-se fontes, também é construído o senso de pertencimento na natureza e qual a relação entre ela e a sobrevivência humana.. É no segundo ano que a base explora o tempo como medida (trazendo interdisciplinaridade com a área da matemática). Por exemplo, a habilidade (EF02HI06) demanda dos estudantes que identifiquem e organizem, “temporalmente, fatos da vida cotidiana, usando noções relacionadas ao tempo (antes, durante, ao mesmo tempo e depois)” já a habilidade (EF02HI11) requer das crianças a identificação “dos impactos no ambiente causados pelas diferentes

formas de trabalho existentes na comunidade em que vive.”, ou seja, os conteúdos são próximos da realidade deles, fazendo com que construam o conhecimento de forma mais significativa.

No 3º ano, as unidades temáticas são: As pessoas e os grupos que compõem a cidade e o município, O lugar em que vive e A noção de espaço público e privado. A partir delas são explorados os objetos de conhecimento que envolvem “o eu” e o “outro” na perspectiva de diversidade étnica, cultural e social, assim como os patrimônios históricos da cidade em que vive, o lugar em que vive e as diferenças nos modos de vida (campo x cidade), assim como a noção de espaços públicos e privados. Por exemplo, a habilidade (EF03HI02) demanda que as crianças selecionem, “por meio da consulta de fontes de diferentes naturezas, e registrar acontecimentos ocorridos ao longo do tempo na cidade ou região em que vive”, assim o trabalho com pesquisa é fundamental para que eles façam a assimilação dos conteúdos.

No 4º ano, as unidades temáticas são: Transformações e permanências nas trajetórias dos grupos humanos, Circulação de pessoas, produtos e culturas e As questões históricas relativas às migrações. A partir dessas temáticas supracitadas são explorados os objetos de conhecimentos que abrange as ações das pessoas, grupos sociais e comunidades com seu meio (tempo e espaço), as transformações sociais e culturais no meio natural (passado e presente), a invenção do comércio, o mundo da tecnologia: integração e exclusão social, As dinâmicas e processos migratórios no Brasil. A habilidade (EF04HI01) “reconhecer a história como resultado da ação do ser humano no tempo e no espaço, com base na identificação de mudanças e permanências ao longo do tempo.” tem como finalidade propor que o aluno desenvolva uma compreensão crítica e contextualizada acerca da história entendendo toda a dinâmica acerca do processos em torno das mudanças e permanências, como também a história sendo moldada pelas ações, decisões e interações humanas.

No 5º ano, as unidades temáticas são: Povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social e Registros da história: linguagens e culturas . A partir delas são explorados os objetos de conhecimento que envolvem a formação dos povos (dos nômades aos sedentarizados), a noção de Estado e suas organizações, o papel das religiões e das culturas para os povos antigos, a diversidade cultural, as tradições e a valorização de patrimônios materiais e imateriais. A habilidade (EF05HI02) demanda a identificação dos “mecanismos de organização do poder político com vistas à compreensão da ideia de Estado e/ou de outras formas de ordenação social”,

correlacionado com a unidade temática, esta habilidade incentiva nos estudantes a formação de concepções de poder e do pensamento crítico que é fundamental para a formação cidadã dos indivíduos.

Os conteúdos históricos nos anos iniciais devem ser trabalhados principalmente direcionando-se para o pensar temporalmente, todavia esse pensamento com o tempo deve estar próximo do contexto dos estudantes seguindo e construindo uma cronologia dos acontecimentos, trazendo o presente, passado e futuro, por exemplo, do bairro em que vivem, deles próprios a partir de fotos e relatos. É imprescindível incentivar a pesquisa e oportunizar aos estudantes o acesso a diferentes fontes e ensiná-los a importância de selecionar as informações que se aproximem consideravelmente dos fatos estudados, ou seja, a seleção de fontes, informações e documentos com criticidade.

Apontamentos teóricos

A implementação da base nacional comum curricular(BNCC) gerou diversas críticas desde a sua efetivação. Vale destacar que, embora existam críticas acerca da sua implementação, também há defensores que destacam seus benefícios gerando uma densa discussão à medida que o documento é revisado. Dado os fatos, a leitura dos textos sugeridos a qual nos debruçamos para a elaboração da referida pesquisa, nos possibilitou um olhar crítico acerca da construção da BNCC, mais especificamente sobre o ensino da história. Os textos utilizados trazem uma discussão e reflexão ampla. As autoras durante a discussão criticam o fato de que o ensino da disciplina ainda é permeado por um ensino tradicional, sem incentivo a um pensamento crítico e reflexivo dos estudantes. Ao decorrer do texto é evidenciado que BNCC não é documento revolucionário e inovador para a educação como citam as autoras Realejo, Mello e Amorim(2021):

A BNCC não é um documento inovador ou pioneiro. Trata-se de um movimento de continuidades, iniciado na Constituição de 1988, perpassando a LDB, os PCNs e as DCN, nas lutas pela definição sobre Educação e, neste caso específico, sobre o ensino de História. Como o próprio documento da BNCC aponta, é resultado de prescrições curriculares anteriores a ele. As leis nº 10.639/2003 (BRASIL, 2003) e nº 11.645/2008 (BRASIL, 2008), são exemplos de como movimentos anteriores foram inseridos na produção do novo documento. (Realejo; Mello;Amorim,2021,p.15)

As autoras ainda destacam os avanços obtidos na educação a partir da implementação do documento, porém tecem críticas às propostas elaboradas para o componente do ensino da história, colocando em evidência o fato de que nesses componentes ainda encontramos permanências e marcas de um viés eurocêntrico e reducionista o que configura em uma narrativa histórica que marginaliza as contribuições de diferentes

culturas e civilizações. Um exemplo disso é sobre como é dado o pouco enfoque na história da África, América latina, e outras regiões não europeias contribuindo para uma visão incompleta da história e consequentemente reforçando a desigualdade. Outra crítica pertinente ao componente de história no documento é sobre as competências socioemocionais, segundo as autoras, tais competências não contemplam de fato a representatividade sobre os movimentos sociais, trajetórias de lutas e multiculturalismo.

Por fim, as autoras consideram importante um conceito de atitude historiadora que a BNCC se ampara, destacando a importância do documento abarcar esse conceito e os benefícios que tais conceito proporciona para a formação de sujeitos críticos e reflexivos acerca da história. Sendo assim, podemos considerar que as críticas levantadas pelas autoras refletem a preocupação sobre as representatividades, contextualização e relevância que a BNCC traz a torna, acerca do ensino da história. Como também busca por um ensino mais inclusivo e reflexivo sobre a História.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo de pesquisa e estudo mais aprofundado da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), consideramos que as perspectivas e ações pedagógicas obtidas pela implementação do documento, trouxeram avanços pertinentes para o ensino de história nos anos iniciais e na educação infantil, ao destacar a importância da formação integral do aluno, ou seja, um ensino com enfoque na construção do sujeito crítico e reflexivo, e protagonista no seu processo de ensino aprendizagem, além do incentivo ao reconhecimento de pertencimento em uma sociedade diversa e do desenvolvimento de habilidades e competências importantes para compreender os conceitos de temporalidade, objetos, lugares, saberes e afins, pois é um registro documental que afirma o ensino de história como fundamental para construção cidadã. No entanto, desde a sua implementação houveram inúmeros desafios que perpassam desde a sobrecarga curricular à formação de professores, além das críticas voltadas para a contexto político conflitante do qual o documento foi elaborado e implementado, sem haver uma consulta ou a participação social em sua construção.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Jaqueline Camilo que fez parte desse trabalho e da minha trajetória, a ti dedico este trabalho em agradecimento a todo apoio e contribuição. Ao professor Lucas Victor, agradecimento especial pela orientação e estímulo.

REFERÊNCIAS

[BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.](#)

FREITAS, Itamar. ESTADO, CONSTITUIÇÃO, LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDBN) E ENSINO DE HISTÓRIA. Disponível:https://drive.google.com/file/d/1i_9J6jhxCQyLE8Y9FJle9QOplvuhYIXm/view?usp=sharing

RALEJO, A.S.; MELLO, R. A.; AMORIM, M.O. BNCC e Ensino de História: horizontes possíveis. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77056/44762>

TARLAU, Rebecca; MOELLER, Kathryn Moeller. O CONSENSO POR FILANTROPIA: Como uma fundação privada estabeleceu a BNCC no Brasil. Currículo sem Fronteiras, v. 20, n.2, p.553-603, maio/ago.2020. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/15jU28ekR5AZiFRfrXRz8q2Jp2X6WrzEw/view?usp=sharing>